



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração  
Comissão Permanente de Licitação – CPL

## **EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 076/2017**

### **ÍNDICE**

- 1- PREÂMBULO
- 2- DO OBJETO
- 3- DO PREÇO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
- 4- DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO
- 5- DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL
- 6- DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
- 7- DO CREDENCIAMENTO NO APLICATIVO LICITACOES-E
- 8- DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO
- 9- DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA
- 10- DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA
- 11- DA FORMAÇÃO DE LANCES
- 12- DA NEGOCIAÇÃO
- 13- DO ENVIO DA PROPOSTA COMERCIAL
- 14- DA ACEITABILIDADE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS
- 15- DA HABILITAÇÃO
- 16- DOS RECURSOS
- 17- DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
- 18- DO INSTRUMENTO CONTRATUAL
- 19- DA GARANTIA CONTRATUAL
- 20- DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
- 21- DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
- 22- DAS SANÇÕES
- 23- DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO
- 24- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
- 25- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE
- 26- DO CONTROLE DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO
- 27- DAS MEDIDAS ACAUTELARES
- 28- DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO
- 29- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
- 30- DOS ANEXOS DO EDITAL



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração  
Comissão Permanente de Licitação – CPL

### **ANEXOS DO EDITAL**

- ANEXO I – TERMO DE REFERENCIA
- ANEXO II – MINUTA DO FUTURO E EVENTUAL CONTRATO ADMINISTRATIVO
- ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS
- ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE
- ANEXO V – DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO A CONSTITUIÇÃO FEDERAL – ARTIGO 7º INCISO XXXIII
- ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO EM REGIME DE TRIBUTAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE
- ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS HABILITATÓRIOS
- ANEXO VIII – SECRETARIAS PARTICIPANTES
- ANEXO IX – DADOS PARA ASSINATURA DO CONTRATO
- ANEXO X – DECLARAÇÃO DE TRABALHO FORÇADO OU DEGRADANTE
- ANEXO XI – DECLARAÇÃO DE FATOS IMPEDITIVOS
- ANEXO XII – DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração  
Comissão Permanente de Licitação – CPL

### EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 076/2017

PROCESSO Nº 23.070/2017

#### 01. PREÂMBULO

1.1. O **MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ**, pessoa jurídica de direito público, através da Secretaria Municipal de Administração, por intermédio da Pregoeira nomeada via Decreto nº 202/2017, publicado no DOM em data de 13/02/2017, torna público que, fará realizar licitação, na modalidade de PREGÃO, **na forma ELETRÔNICA, do tipo menor preço, apurado pelo menor valor ofertado para taxa de agenciamento**, visando à SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PASSAGENS AÉREAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS, PASSAGENS TERRESTRES NACIONAIS E HOSPEDAGEM NACIONAL E INTERNACIONAL, INCLUINDO RESERVA, EMISSÃO, REMARCAÇÃO DE BILHETES E CANCELAMENTO DE PASSAGEM AÉREA NACIONAL E INTERNACIONAL, PASSAGEM TERRESTRE NACIONAL E HOSPEDAGEM NACIONAL E INTERNACIONAL RESERVA, EMISSÃO, REMARCAÇÃO DE DIÁRIAS, para atendimento das necessidades das Secretarias Municipais de Paranaguá, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos e, em conformidade com a autorização contida nos autos do Processo nº 23.070/2017 e anexos, cujo procedimento está adstrito as seguintes normas de regência: Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei Complementar Federal nº 123, de 14/12/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, Decretos Municipais 943/2006 e 173/2017 com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, bem como as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos.

1.2. O Pregão será realizado em sessão pública, por meio da utilização de recurso de tecnologia da informação – INTERNET, utilizando-se, para tanto, métodos de autenticação de acesso e recursos de criptografia, garantindo segurança em todas as fases do certame.

1.3. Os trabalhos serão conduzidos por servidora pública designada por ato interno, denominada PREGOEIRA, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "licitacoes-e", constante da página eletrônica do Banco do Brasil S/A, coordenador do sistema.

1.4. O recebimento das propostas, abertura e disputa de preços será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br), conforme datas e horários definidos adiante.

1.5. As impugnações ao presente edital poderão ser feitas até as 17h30m do 2º (segundo) dia útil anterior à data fixada para a realização da sessão pública do pregão, por qualquer cidadão ou licitante, de acordo com o especificado no item 5 do presente Edital.

1.6. Os esclarecimentos sobre o conteúdo do Edital e seus Anexos somente serão prestados e considerados quando solicitados por escrito a Pregoeira ou à Equipe de Apoio, até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para a abertura da licitação, endereçados ao e-mail's: [cpl@paranagua.pr.gov.br](mailto:cpl@paranagua.pr.gov.br) e [anapaula.cpl@paranagua.pr.gov.br](mailto:anapaula.cpl@paranagua.pr.gov.br). As respostas a todos os questionamentos (dúvidas ou esclarecimentos) serão disponibilizadas no site da Prefeitura Municipal de Paranaguá: [www.paranagua.pr.gov.br](http://www.paranagua.pr.gov.br), **no link Licitações Municipais**, para ciência de todos os interessados.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração  
Comissão Permanente de Licitação – CPL

1.6.1. A pregoeira deverá decidir sobre a petição de esclarecimento no prazo de até 01 (um) dia útil;

1.7. Os atos e decisões da presente licitação serão publicados no Diário Eletrônico da Prefeitura Municipal de Paranaguá: [www.paranagua.pr.gov.br](http://www.paranagua.pr.gov.br), no **link Licitações Municipais**, para ciência de todos os interessados.

1.8. O Edital e seus Anexos podem ser obtidos na Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Paranaguá – PR das 11h30m às 17h30m, nos dias úteis, e disponível para download no site [www.paranagua.pr.gov.br](http://www.paranagua.pr.gov.br), no link Transparência – Licitações Municipais.

### 02. DO OBJETO

2.1. Constitui objeto da presente licitação a SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PASSAGENS AÉREAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS, PASSAGENS TERRESTRES NACIONAIS E HOSPEDAGEM NACIONAL E INTERNACIONAL, INCLUINDO RESERVA, EMISSÃO, REMARCAÇÃO DE BILHETES E CANCELAMENTO DE PASSAGEM AÉREA NACIONAL E INTERNACIONAL, PASSAGEM TERRESTRE NACIONAL E HOSPEDAGEM NACIONAL E INTERNACIONAL RESERVA, EMISSÃO, REMARCAÇÃO DE DIÁRIAS, , em Lote Único, de acordo com os valores e especificações contemplados no Termo de Referência, Anexo I, deste Edital.

2.2. A licitação **será em 01 (um) lote**, conforme tabela constante do Termo de Referência.

2.3. A licitante obriga-se a aceitar, quando solicitado pela Administração nas mesmas condições e dentro do prazo contratual estabelecido, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas compras de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e as supressões de acordo celebrados entre as partes, na forma dos §§ 1º e 2º do artigo 65 da Lei Federal 8666/93.

### 03. DO PREÇO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. O valor total estimado do presente certame importa em R\$ 474.000,00 (Quatrocentos e setenta e quatro mil reais), anexo I do Termo de Referência, constantes na tabela a seguir.

3.2. São fixados os seguintes **preços máximos**, conforme descrito na tabela abaixo constante:

| LOTE | ITEM | CÓDIGO | UNID    | DESCRIÇÃO                    | VALOR MÁX. TOTAL (R\$) | TAXA UNIT. DE AGENCIAMENTO MÁXIMO (R\$) |
|------|------|--------|---------|------------------------------|------------------------|---|
| 1    | 1    | 258    | SERVIÇO | PASSAGEM AÉREA NACIONAL      | 214.000,00             | 56,00                                   |
|      | 2    | 258    | SERVIÇO | PASSAGEM AÉREA INTERNACIONAL | 60.000,00              | 57,50                                   |
|      | 3    | 257    | SERVIÇO | PASSAGEM TERRESTRE           | 29.000,00              | 48,00                                   |
|      | 4    | 36916  | SERVIÇO | HOSPEDAGEM NACIONAL          | 122.000,00             | 50,00                                   |
|      | 5    | 36916  | SERVIÇO | HOSPEDAGEM INTERNACIONAL     | 49.000,00              | 57,50                                   |



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração  
Comissão Permanente de Licitação – CPL

3.3. A competição se dará por menor preço, **apurado pelo menor valor ofertado para taxa de agenciamento**, sendo que o licitante deverá formular sua proposta respeitando os valores máximos fixados neste Edital, sem possibilidade de ultrapassá-los, sob pena de desclassificação.

3.4. O pagamento decorrente do objeto desta licitação correrá à conta dos recursos das seguintes dotações orçamentárias, para o exercício de 2017/2018, devidamente ajustadas nas dotações do exercício subsequente:

| <b>SECRETARIAS</b>                                 | <b>REQUISIÇÃO AO COMPRAS / DOTAÇÃO</b>  |
|--|---|
| GABINETE DO PREFEITO                               | Requisição Nº 1098/2017 / 2.1.2920.1000.333903301<br>Requisição Nº 1099/2017 / 2.1.2920.1000.333903301<br>Requisição Nº 1100/2017 / 2.1.2920.1000.333903980                                 |
| SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO INTEGRAL | Requisição Nº 1111/2017 / 11.2.2672.1104.333903980<br>Requisição Nº 1109/2017 / 11.2.2672.1104.333903301<br>11.2.4010.1000.333903980, 11.2.4010.1104.333903980,<br>11.3.4006.1103.333903980 |
| SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE                      | Requisição Nº 1108/2017 / 10.1.4022.1495.333903301,<br>10.1.1893.1303.333903301, 10.1.1893.1303.333903980,<br>10.1.4022.1495.333903980  |

### 04. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

4.1. O critério de julgamento da presente licitação é o **MENOR PREÇO, apurado pelo menor valor ofertado para taxa de agenciamento**.

4.2. Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital nem preços ou vantagens baseadas nas ofertas dos demais licitantes.

### 05. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

5.1. As impugnações ao presente edital poderão ser feitas das 11h:30 até as 17h:30 do 2º (segundo) dia útil anterior à data fixada para a realização da sessão pública do pregão, por qualquer cidadão ou licitante.

5.2. A **impugnação** deverá ser apresentada por escrito, **dirigida a Pregoeira**, contendo o nome completo do responsável, indicação da modalidade e número do certame, a razão social da empresa, número do CNPJ, telefone, endereço eletrônico e fac-símile para contato, devendo ser protocolada no **Protocolo Geral** no endereço sito a Rua Júlia da Costa 322 – Centro, no horário das 11h30 às 17h30, ou encaminhada através de e-mail no endereço eletrônico: [cpl@paranagua.pr.gov.br](mailto:cpl@paranagua.pr.gov.br), ou [anapaula.cpl@paranagua.pr.gov.br](mailto:anapaula.cpl@paranagua.pr.gov.br).

5.3. A impugnação será julgada em até **01 (um) dia útil**, a contar da data do seu recebimento, sendo a resposta publicada no Diário Eletrônico da Prefeitura Municipal de Paranaguá – PR, disponibilizada no site [www.paranagua.pr.gov.br](http://www.paranagua.pr.gov.br), no **link Licitações Municipais**.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração  
Comissão Permanente de Licitação – CPL

5.3.1. Não serão conhecidas as impugnações interpostas por fax e/ou vencidos os respectivos prazos legais.

5.3.2. Acolhida a impugnação, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

### 06. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1. Poderão participar do processo os interessados estabelecidos no País, credenciados junto ao **Banco do Brasil S/A**, no prazo mínimo de **03 (três) dias úteis** antes da data de realização do Pregão Eletrônico, que atendam a todas as exigências contidas neste edital e seus anexos, e que pertençam ao ramo de atividade pertinente ao objeto licitado.

6.2. Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo os interessados que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:

- a) Declarados inidôneos por ato da Administração Pública;
- b) Sob falência, dissolução ou liquidação;
- c) Reunidos sob forma de consórcio;
- d) Cumprindo penalidade de suspensão temporária imposta pela Administração Municipal, ou, ainda, penalidade imposta por qualquer órgão da Administração Pública, nas hipóteses previstas no art. 88 da Lei nº 8.666/1993;
- e) Enquadrados nas hipóteses previstas nos incisos I, II e III do art. 9º da Lei nº 8.666/93.

6.3. Não se inclui no regime diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, para nenhum efeito legal, a pessoa jurídica:

- a) De cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- b) Que seja filial, sucursal, agência ou representação no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- c) De cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário, ou seja, sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do artigo 3º da referida Lei Complementar;
- d) Cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123/2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput, do artigo 3º da referida Lei Complementar;
- e) Cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do artigo 3º da referida Lei Complementar;
- f) Constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- g) Que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- h) Resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos – calendários anteriores;
- i) Constituída sob a forma de sociedade por ações.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração  
Comissão Permanente de Licitação – CPL

6.4. A participação neste certame importa ao licitante o conhecimento de todas as condições estabelecidas no presente Edital, bem como a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis.

### **07. DO CREDENCIAMENTO NO APLICATIVO LICITACOES-E**

7.1. As pessoas jurídicas ou firmas individuais deverão credenciar representantes, mediante a apresentação de procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar os demais atos e operações no sistema licitacoes-e do Banco do Brasil S/A.

7.2. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão Eletrônico deverão dispor de chave de identificação, senha pessoal e intransferível, obtidas às agências do Banco do Brasil S/A sediadas no País.

7.3. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

7.4. A chave de identificação e a senha terão validade de 01 (um) ano e poderão ser utilizados em qualquer Pregão Eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa do Banco do Brasil S/A, devidamente justificado.

7.5. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha bem como seu uso em qualquer transação efetuada ou por seu representante, não cabendo ao Banco do Brasil S/A a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

7.6. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica em responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

7.7. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

7.8. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

7.9. Em se tratando de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e para que essa possa gozar dos benefícios previstos no capítulo V da referida Lei, é necessário, à época do credenciamento, acrescentar as expressões "Microempresa" ou "Empresa de Pequeno Porte" ou suas respectivas abreviações "ME" ou "EPP", à sua firma ou denominação, conforme o caso.

7.9.1. Caso o licitante já esteja cadastrado no Sistema e não constem os dados acima em sua firma ou denominação, deverá providenciar a alteração de seu cadastro no Sistema junto a qualquer agência do Banco do Brasil S/A.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração  
Comissão Permanente de Licitação – CPL

7.10. A comprovação de que trata o subitem 7.9, quanto à condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (ME ou EPP), será realizada quando da entrega dos documentos de habilitação, pela licitante detentora do melhor lance ou proposta, através de um desses documentos:

- a) Contrato Social, registrado na Junta Comercial, constando a condição de ME ou EPP;
- b) Certidão de optante pelo SIMPLES emitido pela Receita Federal.

### 08. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

8.1. A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio de digitação de senha pessoal e intransferível do credenciado do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observando data e horário limite estabelecido. OBS: a informação dos dados para acesso deve ser feita na página inicial do site [www.licitacoes.com.br](http://www.licitacoes.com.br), opção "**Acesso Identificado**".

8.2. Como requisito para a participação no Pregão Eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no edital.

8.2.1. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação referida no item 8.2 sujeitará o licitante às sanções previstas em Lei.

8.3. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema, bem como pela sua desconexão.

8.4. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras as propostas e lances.

### 09. DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA

9.1. A proposta eletrônica deverá ser encaminhada, exclusivamente por meio do site [www.licitacoes.com.br](http://www.licitacoes.com.br), **a partir da liberação do Edital, até as 09h00 do dia 07 de dezembro de 2017, horário de Brasília-DF.**

9.2. Até a abertura da sessão pública os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

9.3. O licitante deverá dar oferta firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

9.4. A apresentação das propostas implicará na plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital.

9.5. Ocorrendo discordância entre o valor numérico e por extenso contido na proposta, prevalecerá este último, e no caso de discordância entre o valor unitário e total, prevalecerá o primeiro.





## PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração  
Comissão Permanente de Licitação – CPL

9.6. As propostas **NÃO DEVEM CONTER NENHUMA IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE PROPONENTE** (tais como nome, CNPJ, papel timbrado da empresa, telefone, e-mail, etc.), sob pena de desclassificação.

### 10. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

10.1. **A partir das 10h00 horas do dia 07 de dezembro de 2017, horário de Brasília-DF**, a sessão pública na internet, no sítio eletrônico [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br), será aberta por comando da Pregoeira, com a divulgação das propostas eletrônicas recebidas e início da etapa de lances.

10.2. A comunicação entre a Pregoeira e os licitantes ocorrerá **exclusivamente** mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

10.3. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

10.4. Aberta a sessão, a Pregoeira verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estiverem em conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital, que sejam omissas, apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento, ou que identifiquem o licitante.

10.5. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

10.6. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pela Pregoeira, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

10.7. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário estabelecido neste Edital, desde que não haja comunicação da Pregoeira em contrário.

### 11. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

11.1. Aberta a etapa competitiva, os licitantes com propostas classificadas poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do recebimento e respectivo horário de registro e valor.

11.2. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, não sendo aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema.

11.3. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado no sistema.

11.4. Durante o transcurso da sessão, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do ofertante.

11.5. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração  
Comissão Permanente de Licitação – CPL

11.6. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

11.7. Lances equivalentes não serão considerados iguais, vez que a ordem de apresentação das propostas pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação.

11.8. A Pregoeira poderá suspender a sessão de lances caso seja imprescindível à realização de eventual diligência.

11.9. Realizada a diligência, a Pregoeira notificará os licitantes sobre a data, horário e local onde será dado prosseguimento à sessão pública.

11.10. Se ocorrer a desconexão da Pregoeira no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

11.11. Caso a desconexão da Pregoeira persista por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no sítio <http://www.licitacoes-e.com.br/>.

### 12. DA NEGOCIAÇÃO

12.1. Após o encerramento da etapa de lances, a pregoeira **poderá** encaminhar contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação, não se admitindo negociar condições diferentes das previstas neste edital.

12.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

### 13. DO ENVIO DA PROPOSTA COMERCIAL

**13.1. A PROPOSTA ESCRITA E OS ORIGINAIS OU CÓPIAS AUTENTICADAS DA DOCUMENTAÇÃO DEVERÃO SER ENTREGUES NO PRAZO MÁXIMO DE 3 (TRÊS) DIAS ÚTEIS, A CONTAR DO DIA SEGUINTE A DISPUTA, EM ENVELOPES FECHADOS OU LACRADOS, INDICANDO NA SUA PARTE FRONTAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, RUA JÚLIA DA COSTA, nº 322 – CENTRO, PARANAGUÁ, PARANÁ, – CEP: 83203-060, REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 076/2017 - (A/C: Ana Paula Pinheiro da Silveira).**

13.2. A proposta e os lances formulados deverão indicar preços unitários e globais, por lote, de acordo com os praticados no mercado, conforme estabelece o art. 43, inciso IV, da Lei nº 8.666/1993, em algarismo e por extenso (total), expresso em moeda corrente nacional (R\$), atualizados conforme lances eventualmente ofertados.

13.2.1. Em caso de divergência entre os valores unitários e globais, serão considerados os primeiros, e entre os valores em algarismo e por extenso, será considerado este último.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração  
Comissão Permanente de Licitação – CPL

13.2.2. A proposta escrita deverá ser apresentada na forma do Anexo III deste Edital, redigida em papel timbrado da licitante, por meio mecânico ou informatizado, de forma clara e inequívoca, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, em estrita observância às especificações contidas neste edital, assinada a última folha e rubricada nas demais pelo seu titular ou representante legal da licitante, devidamente identificado, nela constando, obrigatoriamente:

- a) Razão Social, CNPJ, CEP, telefone/fax e pessoa de contato;
- b) Preços unitários e o global, por lote, na forma do subitem 13.2 deste instrumento;
- c) A declaração de que os itens, objeto deste procedimento licitatório serão entregues pela empresa contratada no endereço do órgão solicitante, nos prazos estabelecidos neste edital, mediante recebimento da Nota de Empenho;
- d) Prazo de validade da proposta não inferior a 90 (noventa) dias corridos, contado a partir da data de apresentação;
- e) **Marca e referência, se houver. Essas informações deverão constar, obrigatoriamente, na proposta escrita.**

13.3. O licitante deverá juntar, obrigatoriamente, à proposta de preços:

- a) Declaração ou documento similar fornecido por estabelecimento bancário, contendo o número da conta-corrente e agência de origem, bem como o CNPJ da licitante;
- b) Dados do representante legal (nome, CI, CPF) com poderes específicos para assinar o contrato, conforme Anexo IX deste edital.

13.4. Os preços ofertados serão fixos e só reajustáveis na forma da Lei.

13.5. A proposta apresentada e os lances formulados deverão incluir todas e quaisquer despesas necessárias para fornecimento do objeto desta licitação, tais como: tributos, emolumentos, contribuições sociais, fiscais, para fiscais, fretes, seguros e demais despesas inerentes, devendo o preço ofertado corresponder rigorosamente às especificações do objeto licitado, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela Autoridade Competente.

13.6. Não serão aceitas cobranças posteriores de qualquer imposto, tributo ou assemelhado adicional, salvo se alterado ou criado após a data de abertura desta licitação e que venha expressamente a incidir sobre o objeto desta licitação, na forma da Lei, após apuração e aprovação em processo administrativo próprio para esse fim.

### 14. DA ACEITABILIDADE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

14.1. Encerrada a etapa de lances e depois de concluída a negociação e verificação de possível empate, a Pregoeira examinará as **propostas classificadas** quanto às especificações do objeto ofertado e compatibilidade do preço em relação ao valor estimado para a contratação.

14.2. A Pregoeira poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Paranaguá ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração  
Comissão Permanente de Licitação – CPL

14.3. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido;

14.4. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração;

14.5. A Pregoeira poderá fixar prazo para o reenvio das planilhas de composição de preços quando o preço unitário ofertado for aceitável, mas os preços totais que a compõem necessitem de ajustes aos valores estimados pela Prefeitura Municipal de Paranaguá;

14.6. Não serão aceitas propostas com valor unitário superior ao estimado ou com preço manifestamente inexequível, conforme dispõe o art. 27, inciso XXI, da Constituição do Estado do Paraná e nos termos do art. 89 da Lei Estadual nº 15.608/07 e art. 48, da Lei nº 8.666/93.

14.7. Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão;

14.8. Havendo indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do parágrafo 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666/93, para efeito de comprovação de sua exequibilidade, podendo-se adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:

14.8.1. Questionamentos junto ao proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;

14.8.2. Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;

14.8.3. Verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;

14.8.4. Verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo proponente;

14.8.5. Consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;

14.8.6. Verificação de acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas em dissídios coletivos de trabalho;

14.8.7. Levantamento de informações junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, e junto ao Ministério da Previdência Social;

14.8.8. Consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares;

14.8.9. Pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;

14.8.10. Levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa;

14.8.11. Estudos setoriais;

14.8.12. Análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o proponente disponha para a prestação dos serviços;

14.8.13. Demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

14.9. A adequação da proposta na forma dos itens anteriores não poderá acarretar majoração de seu valor global, sem prejuízo do contido no item 14.12.d.

14.10. Se a proposta **do licitante melhor classificado** não for aceitável ou for desclassificada, a Pregoeira examinará a subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação do certame, até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital.

14.11. No julgamento das propostas, a Pregoeira poderá, de forma fundamentada, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração  
Comissão Permanente de Licitação – CPL

14.12. Serão desclassificadas as propostas:

- a) que estejam em desacordo com as especificações, prazos e condições fixados neste Edital;
- b) que apresentem preços baseados exclusivamente em proposta das demais proponentes;
- c) que contiverem vícios, por omissão, irregularidades e/ou defeitos, capazes de dificultar o julgamento, e que não sejam passíveis de saneamento na própria sessão;
- d) com valor superior aos preços máximos estabelecidos no presente Edital;
- e) que para sua viabilização indiquem: condições genéricas de cobertura de outras propostas; subsídios condicionados que não estejam autorizados em Lei; que se refiram a repasse de descontos ou de isenção de tributos; ou ainda aquelas em desacordo com o edital, ou qualquer norma jurídica aplicável à contratação;
- f) que após diligências, não forem corrigidas ou justificadas.

14.13. No atinente ao lote 01, após a fase de lances, o procedimento de "empate" será detectado automaticamente pelo sistema.

14.14. Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, entende-se como empate (ficto) as propostas apresentadas pelas ME e EPP, e MEI, que sejam superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta mais bem classificada.

14.15. Para efeito do disposto no subitem 14.14 deste edital, ocorrendo empate (ficto), proceder-se-á, da seguinte forma:

- a) A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, e Microempreendedor Individual (MEI), melhor classificada será convocada para apresentar nova proposta, a qual deverá ser feita no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão do direito. Caso ofereça proposta inferior a melhor classificada, passará à condição de primeira classificada do certame;
- b) Não ocorrendo interesse da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, e Microempreendedor Individual (MEI), na forma da alínea "a" deste subitem, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 15.15 deste edital, na ordem classificatória, para exercício do mesmo direito.

14.16. Em caso de **empate aritmético**, verificada a equivalência de valores das propostas entre Microempresa ou Empresas de Pequeno Porte, e Microempreendedor Individual (MEI), antes da aplicação do critério estabelecido no inciso I do art. 45 da Lei Complementar nº 123/2006, o desempate será decidido mediante sorteio entre elas através de mecanismo do sistema de Pregão Eletrônico a ser utilizado.

14.17. Não havendo Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual (MEI), classificadas ou habilitadas, segundo os critérios da Lei Complementar nº 123/2006, será convocado o licitante detentor da proposta de menor valor, originalmente apresentada.

14.18. O disposto nos subitens 14.14 e 14.15 aplicar-se-á quando a proposta de menor preço não tiver sido apresentada por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte e no caso de Microempreendedor Individual (MEI).

## 15. DA HABILITAÇÃO



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração  
Comissão Permanente de Licitação – CPL

15.1. Os documentos necessários à habilitação deverão estar com o prazo vigente, à exceção daqueles que, por sua natureza, não contenham validade, e poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou por servidor da unidade que realizará o Pregão, à vista dos originais ou publicação em órgão da imprensa oficial, não sendo aceitos “protocolos” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos neste edital.

15.2. Não serão aceitos documentos rasurados ou ilegíveis.

15.3. Para fins de habilitação, serão aceitas certidões expedidas pelos órgãos da administração fiscal e tributária emitidas pela internet.

15.4. Sob pena de inabilitação, todos os documentos deverão ser apresentados:

15.4.1. Na forma prevista em lei, e, quando não houver regulamentação específica, deverão sempre ser apresentados em nome do licitante e com o número do CNPJ ou CPF, se pessoa física;

15.4.2. Em nome da matriz, se o licitante for a matriz;

15.4.3. Em nome da filial, se o licitante for a filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz;

15.4.4. Em original, em publicação da imprensa oficial ou em cópia autenticada por cartório.

15.5. Para a habilitação dos **licitantes**, será exigida a documentação relativa:

15.5.1. À habilitação jurídica;

15.5.2. À qualificação econômico-financeira;

15.5.3. À regularidade fiscal e trabalhista;

15.5.4. Ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

15.6. Documentos relativos à **habilitação jurídica**:

15.6.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

15.6.2. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

15.6.3. Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores, em se tratando de Sociedade Simples;

15.6.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

15.6.5. Cópia da Cédula de Identidade do representante legal;



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração  
Comissão Permanente de Licitação – CPL

15.6.6. Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### 15.7. Documentos relativos à **qualificação econômico-financeira**:

15.7.1. Certidão negativa de falência e recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

### 15.8. Documentos relativos à **regularidade fiscal e trabalhista**:

15.8.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) mediante a apresentação do comprovante de inscrição e de situação cadastral emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;

15.8.2. Prova de regularidade com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do artigo 11 da Lei Federal n.º 8.212/1991, bem como às contribuições instituídas a título de substituição, e às contribuições devidas, por lei, a terceiros;

15.8.3. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal – CEF;

15.8.4. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual relativa aos Tributos Estaduais, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

15.8.5. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal relativa aos Tributos Municipais da sede da proponente, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa ou documento equivalente do Município do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

15.8.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa, nos termos do artigo 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943.

### 15.9. **As microempresas e as empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.**

15.9.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

15.9.2. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal não impede que o licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarado vencedor, uma vez que atenda a todas as demais exigências do Edital.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração  
Comissão Permanente de Licitação – CPL

15.9.3. A declaração do vencedor acima referida será realizada no momento imediatamente posterior à fase de habilitação, aguardando-se os prazos de regularização fiscal para a abertura da fase recursal.

15.9.4. A não-regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo de aplicação das sanções previstas neste Edital, sendo facultado a Pregoeira convocar o autor do menor lance seguinte aos já convocados para apresentar sua documentação de habilitação, caso ainda não o tenha feito, e, se necessário, observada a ordem crescente de preço, os autores dos demais lances, desde que atendam ao critério de aceitabilidade estabelecido pelo instrumento convocatório, ou revogar a licitação.

15.10. As **certidões de comprovação da regularidade fiscal dos licitantes** deverão ser apresentadas dentro do prazo de validade estabelecido em lei ou pelo órgão expedidor ou, na hipótese de ausência de prazo estabelecido, deverão estar datadas dos últimos 180 (cento e oitenta) dias contados da data da abertura da sessão pública.

15.11. Para as **demais certidões emitidas que não especifiquem seu prazo de validade**, será considerado o prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados a partir de suas respectivas emissões, devendo estar válidas na data do recebimento dos documentos de habilitação.

15.12. A documentação relativa aos subitens 17.8, 17.9 e 17.10, poderá ser substituída pelo Certificado de Registro Cadastral – CRC, expedido pela Prefeitura Municipal de Paranaguá – PMPGUÁ, sendo necessários que os mesmos se encontrem listados no CRC, e dentro do prazo de validade. Caso contrário, a licitante fica obrigada a apresentá-los no ato da apresentação da documentação habilitatória.

15.12.1. Em caso de apresentação do CRC, a licitante deverá, obrigatoriamente, firmar declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação.

### **15.13. Qualificação Técnica**

15.13.1. Apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, em nome do licitante, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) o fornecimento anterior com características técnicas, quantidades e prazos de natureza semelhante ao objeto deste certame licitatório.

### **15.14. Documentação complementar:**

15.14.1. Declaração do licitante de que não possui, em seu quadro de pessoal, empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos, em observância ao artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;

15.14.2. Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, nos termos do inciso VII, do artigo 4º, da Lei Federal nº 10.520/2002;

15.14.3. Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação;

15.14.4. Declaração de que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º, ambos da Constituição Federal.





## PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração  
Comissão Permanente de Licitação – CPL

15.14.5. Declaração de idoneidade, conforme modelo no Anexo IV do edital.

15.15. Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para a língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado.

15.16. Caso os documentos sejam de procedência estrangeira, deverão ser devidamente consularizados.

### **16. DOS RECURSOS**

16.1. Declarado o vencedor, a Pregoeira abrirá prazo de 24 (vinte e quatro) horas, durante o qual qualquer licitante poderá de forma motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

16.2. A falta de manifestação motivada quanto à intenção de recorrer importará na decadência desse direito.

16.3. Uma vez aceita a intenção de recurso será concedido o prazo de 03 (três) dias para a apresentação das razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem as contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

16.4. Os recursos e contrarrazões deverão ser manifestados exclusivamente por meio eletrônico, via internet, no site: [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br).

16.5. Decorridos os prazos para os recursos e contrarrazões, a Pregoeira terá até 05 (cinco) dias para:

16.5.1. Negar admissibilidade ao recurso, quando interposto sem motivação ou fora do prazo estabelecido;

16.5.2. Motivadamente, reconsiderar a decisão;

16.5.3. Manter a decisão, encaminhando o recurso à autoridade julgadora.

16.6. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

16.7. Os recursos e contrarrazões de recurso deverão ser dirigidos a Pregoeira e poderão ser enviados via fax ou através do e-mail disponibilizado no Edital no item 1.6, considerando que, posteriormente, os originais devem ser protocolizados no endereço citado abaixo. A Pregoeira deverá recebê-los, examiná-los, julgá-los e submetê-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão, nos termos do artigo 11, XIII, do Decreto nº 943/2006.

16.8. Não serão conhecidos as impugnações e os recursos apresentados após os respectivos prazos legais e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente, nem recursos enviados via fax que não tiverem seus originais protocolados em 05 (cinco) dias da data do envio.

16.9. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na sala da Secretaria Municipal de Administração – Comissão Permanente de Licitação, sito à Rua Júlia da Costa, nº 322 – Centro, Paranaguá, Paraná, CEP: 83203-060.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração  
Comissão Permanente de Licitação – CPL

16.10. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o processo licitatório para determinar a contratação.

16.11. Não havendo recurso, a Pregoeira adjudicará o objeto ao licitante vencedor e encaminhará o procedimento à autoridade superior para homologação.

16.12. A publicidade do julgamento dos eventuais recursos se dará na forma prevista no item 1.7 do presente Edital.

### **17. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

17.1. A adjudicação do objeto do presente será viabilizada pela Pregoeira sempre que não houver recurso.

17.2. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pela Pregoeira, ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.

### **18. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL**

18.1. Para a execução dos serviços, será assinado um contrato entre a licitante vencedora e o titular da unidade compradora.

18.2. A critério da Administração, poderá ser facultada a assinatura do contratado no domicílio do(s) licitantes(s) vencedor(es), mediante fornecimento do arquivo do termo a ser celebrado através de correspondência eletrônica, que deverá ser impressa em 03 (três) vias, assinadas à Prefeitura Municipal de Paranaguá por Sedex, no prazo de 05 (cinco) dias, a contar do recebimento da correspondência eletrônica, aos cuidados da Assessoria de Contratos da Procuradoria Geral do Município de Paranaguá, com sede na Rua Júlia da Costa, 322 – Centro, CEP: 83203-060, Paranaguá, Paraná, sob pena de aplicação de sanções pertinentes. Esse prazo poderá ser prorrogado, a critério da administração, por igual período. Nesta hipótese, as 03 (três) vias do contrato a serem encaminhados à prefeitura estar com firma do representante habilitado pela contratada, devidamente autenticada por tabelionato de notas ou ofício equivalente.

18.3. O não atendimento do prazo previsto no subitem anterior ou a recusa em assinar o contrato pela adjudicatária implicará na aplicação das sanções previstas neste Edital e na legislação pertinente.

### **19. DA GARANTIA CONTRATUAL**

19.1. Face às condições de aquisição, recebimento e pagamento constante do presente Pregão Eletrônico, serão aplicadas as punições previstas na Lei de Licitações em caso de inadimplência e não cumprimento das cláusulas contratuais, além da faculdade do art. 56 da Lei nº 8.666/1993.

### **20. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração  
Comissão Permanente de Licitação – CPL

20.1. O pagamento será mediante apresentação da nota fiscal detalhada, acompanhada das respectivas ordens de autorizações, devidamente atestada pelo Secretário da respectiva Secretaria Municipal, observado os termos do Decreto Municipal 173/2017, dentro de 30 (trinta) dias após o encaminhamento da mesma através de crédito em conta corrente à agência bancária, constantes na proposta de preços do PROMITENTE FORNECEDOR. É de responsabilidade da contratada a emissão da Nota Fiscal compatível com o objeto da presente licitação. Em caso de divergência entre o objeto desta licitação e a Nota Fiscal, todas as responsabilidades e possíveis custos gerados com a adequação do documento ficarão a cargo da CONTRATADA, e o prazo para pagamento será interrompido, reiniciando-se sua contagem a partir da data da apresentação da Nota Fiscal correta, caso em que não será devida nenhuma atualização financeira.

20.1.1. A Prefeitura Municipal de Paranaguá reserva o direito de não atestar a Nota Fiscal/Fatura para o pagamento caso os serviços executados não estiverem em conformidade com as exigências contidas neste Edital e seus anexos.

20.2. O fornecedor deverá comprovar a manutenção das condições demonstradas para habilitação durante a vigência das contratações que com base nela se derem, bem como, para requerer o pagamento, deverá apresentar nota fiscal, fatura eletrônica ou instrumento equivalente, acompanhados dos seguintes documentos:

20.2.1. Prova de regularidade com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do artigo 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, às contribuições instituídas a título de substituição, e às contribuições devidas, por lei, a terceiros;

20.2.2. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, fornecida pela Caixa Econômica Federal – CEF;

20.2.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual relativa aos Tributos Estaduais, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa ou documento equivalente do Estado sede do licitante na forma da lei;

20.2.4. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal relativa aos Tributos Municipais da sede da proponente, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa ou documento equivalente do Município sede do licitante na forma da lei;

20.2.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa, nos termos do artigo 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943.

20.3. Nenhum pagamento será efetuado ao fornecedor enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

20.4. Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pela Prefeitura Municipal de Paranaguá, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração  
Comissão Permanente de Licitação – CPL

$$I = (TX / 100) / 365$$

EM = I x N x VP, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = N° de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

20.5. A Prefeitura Municipal de Paranaguá fará as retenções de acordo com a legislação vigente e/ou exigirá a comprovação dos recolhimentos exigidos em lei.

### **21. DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

21.1. A revisão dos preços registrados não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado, devendo ser mantida a diferença percentual apurada entre o preço originalmente oferecido pela promitente e o preço de mercado vigente à época da licitação.

21.2. O preço registrado poderá ser revisto a qualquer tempo, em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, cabendo ao Município de Paranaguá convocar os fornecedores para negociar o novo preço.

21.3. A contratada deverá demonstrar de maneira clara, a composição do preço de cada item constante de sua proposta, através de Planilha de Custos contendo: as parcelas relativas à mão de obra direta, demais insumos, encargos em geral, lucro e participação percentual em relação ao preço final.

21.4. A não apresentação da Planilha de Custos impossibilitará o Município de Paranaguá em proceder a futuras revisões de preços, caso venha à contratada solicitar equilíbrio econômico-financeiro.

21.5. A cada pedido de revisão de preço, deverá a contratada comprovar e justificar as alterações havidas na planilha apresentada, demonstrando a nova composição do preço.

21.6. Na análise do pedido de revisão, dentre outros critérios, a Administração Municipal adotará, para verificação dos preços constantes dos demonstrativos que acompanhem o pedido, pesquisa de mercado dentre empresas de reconhecido porte mercantil, produtoras e/ou comercializadoras, a ser realizada pela própria unidade ou por instituto de pesquisa, utilizando-se, também, de índices setoriais ou outros adotados pelo Governo Federal, devendo a deliberação de deferimento ou indeferimento da alteração solicitada ser instruída com justificativa da escolha do critério e memória dos respectivos cálculos, para decisão da Administração no prazo de 15 (quinze) dias.

21.7. A revisão do preço, caso deferido, somente terá validade a partir da data da publicação da deliberação no Diário Oficial dos Municípios do Paraná ([www.diariomunicipal.com.br/amp](http://www.diariomunicipal.com.br/amp)).

21.8. É vedado à contratada interromper o fornecimento enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas neste edital.

21.9. A revisão levará em consideração preponderantemente as normas legais federais, estaduais e municipais, que são soberanas às previstas neste Edital.

### **22. DAS SANÇÕES**



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração  
Comissão Permanente de Licitação – CPL

22.1. Aos fornecedores que descumprirem total ou parcialmente os contratos celebrados com a administração pública municipal, e aos licitantes que cometam atos visando a frustrar os objetivos da licitação, serão aplicadas as seguintes sanções:

I – Advertência;

II – Multa;

III – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar, por prazo não superior a dois anos;

IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior;

V – Impedimento de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital, no contrato e nas demais cominações legais.

22.1.1. O Município diligenciará no cadastro junto a órgãos federais e estaduais de registro de empresas sancionadas por descumprimento contratual ou da lei de licitações, sem prejuízo do registro da sanção em seus próprios cadastros.

22.2. Poderá ser aplicada a sanção de advertência na hipótese de descumprimento parcial e de pequena monta das obrigações e responsabilidades advindas da execução dos serviços contratados, conforme cláusulas contratuais e cláusulas do Edital da respectiva licitação, e nas situações que não ameacem a qualidade do produto ou serviço, ou a integridade patrimonial ou humana.

22.3. No caso de atraso injustificado na execução do objeto, será aplicada multa de 1% (um por cento) do valor do contrato, por dia de atraso na entrega do objeto, de acordo com o cronograma físico apresentado pelo Fornecedor ou contratado e aprovado pela fiscalização, até o limite de 10 (dez) dias, a partir de quando será considerada inexecução parcial do objeto

22.3.1. No caso de inexecução parcial do objeto, será aplicada cumulativamente multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato.

22.3.2. Será configurada a inexecução parcial do objeto:

I – Quando, injustificadamente, o contratado deixar de executar o contrato, até o final do prazo de execução do objeto, em percentual que corresponda a execução inferior a 30% (trinta por cento) do valor total do contrato;

II – Quando o atraso injustificado na execução do objeto, ultrapassar o prazo máximo de 10 (dez) dias, conforme disposto no inciso I deste artigo;

22.4. No caso de inexecução total, a multa aplicada será de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.

22.4.1. Será configurada a inexecução total do objeto quando houver atraso injustificado para início dos serviços por mais de 15 (quinze) dias, após o recebimento pelo fornecedor ou contratado da Ordem de Serviço emitida pela Secretaria contratante, ou de documento similar ou quando, injustificadamente, o Fornecedor ou contratado deixar de executar, até o final do prazo de execução do objeto, percentual superior a 30% (trinta por cento) do valor total do contrato.

22.4.2. Além das multas previstas acima, poderão ser aplicadas sanções administrativas constantes dos incisos II a V, do artigo 42 deste Decreto, devendo a CEFECAM ponderar acerca da gravidade do ilícito e o prejuízo causado ao Poder Público.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração  
Comissão Permanente de Licitação – CPL

22.5. Será aplicada sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, com base na Lei nº 8.666/93, dentre outros casos, quando o fornecedor:

I – Tiver sofrido condenação definitiva por ter praticado, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II – Demonstrar, a qualquer tempo, não possuir idoneidade para prestar serviço para o Município, em virtude de atos ilícitos praticados;

III – Reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão da execução dos serviços, sem consentimento prévio do Município;

IV – Ocorrência de ato capitulado como crime pela Lei nº 8.666/93, praticado durante a execução dos serviços;

V – Apresentação, ao Município, de qualquer documento falso ou falsificado, no todo ou em parte, durante a execução dos serviços;

VI – Inexecução total do objeto, conforme disciplinado nos artigos anteriores.

22.6. A penalidade constante no inciso V do artigo 42 deste Decreto será imposta aos licitantes, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, nos seguintes casos:

I – Quando convocados dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;

II – Deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame;

III – Ensejar o retardamento da execução de seu objeto;

IV – Não manter a proposta;

V – Falhar ou fraudar na execução do contrato;

VI – Comportar-se de modo inidôneo;

VII – Cometer fraude fiscal.

22.7. O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à contratada, bem como das garantias contratuais, quando exigidas.

22.7.1. Se os valores das faturas forem insuficientes, fica a contratada obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial acerca da decisão.

22.7.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela contratada ao contratante, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

22.8. Por ato formal da Administração, nos casos enumerados no art. 78, incisos I a XII e XVII, da Lei nº 8.666/93, o contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais previstas, poderá ser rescindido unilateralmente.

22.9. A aplicação das penalidades serão de competência da CEFECAM, conforme Decreto 173/2017.

22.9.1. Na aplicação de sanções, a CEFECAM ponderará quanto à primariedade da empresa e seu porte econômico, bem como quanto à repercussão do ilícito na continuidade do serviço público e seus efeitos na moralidade administrativa e no interesse público, verificando, ainda, eventuais prejuízos aos bens públicos.

22.10. Entendendo a CEFECAM que a exposição dos fatos constantes do processo poderá causar prejuízo ao interesse público, poderá, até a fase de publicação da decisão, restringir o acesso ao mesmo por parte de servidores e terceiros, mediante decisão devidamente fundamentada.

22.11. Caso seja verificado que do ilícito praticado pelo contratado decorreu dano ao erário, deverá o processo ser remetido a Procuradoria-Geral do Município para realização de cobrança judicial ou



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração  
Comissão Permanente de Licitação – CPL

execução da garantia contratual, conforme o caso, ou, ainda, observar-se o art. 48, parágrafo 2º, deste Decreto.

22.12. O contratado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo a responsabilidade de servidores que tenham concorrido dolosa ou culposamente para a prática da irregularidade, fato que, se ocorrido, ensejará o encaminhamento de cópias para instauração de sindicância ou processo disciplinar contra o servidor.

### **23. DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO**

23.1. Fica assegurado a Prefeitura Municipal de Paranaguá o direito de revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la em virtude de vício insanável.

23.2. A declaração de nulidade de algum ato do procedimento somente resultará na nulidade dos atos que diretamente dele dependam.

23.3. Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento, a autoridade competente indicará expressamente os atos a que ela se estende.

23.4. A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar pela Administração.

23.5. Nenhum ato será declarado nulo se do vício não resultar prejuízo ao interesse público ou aos demais interessados.

23.6. A revogação ou anulação será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e formalizada mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

23.7. A autoridade competente para anular ou revogar a licitação é o Prefeito de Paranaguá.

### **24. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

24.1. Responsabilizar-se integralmente pelo fornecimento dos ITENS, nos termos da legislação vigente, e efetuar-los de acordo com as especificações constantes do contrato e Anexo I - Termo de Referência.

24.2. Não transferir ou subcontratar terceiros para a execução dos serviços, sem prévia e expressa anuência da Administração.

24.3. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação estabelecidas no edital de licitação.

24.4. Comunicar expressamente à Administração, a quem competirá deliberar a respeito, toda e qualquer discrepância entre as reais condições existentes e os elementos apresentados;

**24.5.** Prestar e dar garantia dos serviços prestados, que deverão ser de primeira qualidade, sempre sujeitos a fiscalização da Secretaria solicitante sob pena de ter que prestar o mesmo;

**24.6.** Deverá a licitante vencedora prestar os serviços de emissão, remarcação e cancelamento de passagens terrestres e aéreas;

**24.7.** Deverá ainda prestar serviços de emissão, remarcação e cancelamento de reservas em hotéis;



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração  
Comissão Permanente de Licitação – CPL

**24.8.** Deverá ainda a licitante contratada prestar qualquer outras providências necessárias ao regular e adequado cumprimento das obrigações decorrentes da respectiva contratação;

**24.9.** Responsabilizar-se por todas as despesas com tributos fiscais, trabalhistas e sociais, que incidam ou venham a incidir, diretamente e indiretamente, na prestação dos serviços;

**24.10.** Eximir o Município de Paranaguá de qualquer responsabilidade quanto a possível ocorrências que venham a causar acidentes pessoais a empregados da Contratada ou a de terceiros, relativamente à prestação de serviços (§ 1º do artigo 71 da Lei nº 8.666/1993);

**24.11.** Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais ou civis resultantes da execução do(s) serviço(s);

**24.12.** Prestar o(s) serviço(s) no prazo estabelecido e de acordo com as especificações técnicas;

Manter durante o período de vigência do contrato, todas as condições que ensejarem a sua habilitação;

**24.13.** Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas no contrato;

**24.14.** A empresa que entregar o objeto em discordância com as condições e especificações propostas neste edital, estará sujeita a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993, cabendo defesa prévia, recurso e vista do processo, nos termos do artigo 109 do mesmo diploma legal;

**24.15.** Assegurar/permitir à Administração o direito de fiscalizar, sustar, recusar, mandar, desfazer ou refazer qualquer serviço que não esteja de acordo com as normas ou especificações técnicas, hipótese em que as despesas decorrentes ficarão a cargo da Contratada, ficando certo que, em nenhuma hipótese a falta de fiscalização da Administração eximirá a Contratada de suas responsabilidades provenientes do contrato;

**24.16.** Arcar com todas as despesas diretas ou indiretas decorrentes do cumprimento das obrigações contratuais assumidas, sem qualquer ônus à Administração;

**24.17.** Relatar ao Contratante toda e qualquer irregularidade observada em virtude da execução do contrato;

**24.18.** Acatar todas as orientações da Contratante, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização por parte da Administração, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo prontamente às reclamações formuladas;

**24.19.** A licitante vencedora deverá assistir aos servidores quando a serviço, na emissão de documentos para viagens internacionais, como passaportes e vistos consulares, vacinas obrigatórias, prestando serviço de apoio acerca das recomendações do país de destino;

**24.20.** A licitante deverá indicar um preposto que possa ser contado para pronto atendimento fora do horário comercial, nos fins de semana e feriados, através de telefonia fixa ou móvel local (41), para a solução de casos excepcionais e urgentes, inclusive emissão de bilhetes, que possam ocorrer nesses períodos.

24.21. Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem, nos termos do art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

### **25. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

25.1. Exercer a fiscalização sobre o(s) serviço(s), por servidor(es) especialmente designado(s) e documentar as ocorrências havidas, na forma prevista na Lei nº 8.666/93.

25.2. Proporcionar à contratada, as facilidades necessárias a fim de que possa cumprir com a execução do objeto.





## PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração  
Comissão Permanente de Licitação – CPL

25.3. Proceder aos pagamentos devidos à contratada.

25.4. Se manifestar formalmente em todos os atos relativos a execução do contrato, em especial, aplicações de sanções, alterações e repactuações do mesmo.

25.5. Não permitir que os serviços executados, estejam em desacordo com as preestabelecidas no contrato.

25.6. Comunicar à contratada quaisquer irregularidades observadas no serviço executado.

25.7. Aplicar as sanções administrativas, quando necessárias.

### **26. DO CONTROLE DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO**

26.1. Nos termos do art. 67, da Lei nº 8.666/93, a fiscalização da execução do contrato decorrente da presente licitação será realizada pelos servidores indicados, nos termos do Decreto 173/2017, de modo que não se considerará entregue os serviços, objeto desta licitação, e por consequência não serão autorizados os pagamentos aos contratados, sem que tenham sido observadas as exigências e formalidades do referido Decreto, com a verificação dos quantitativos, das especificações técnicas e demais conformidades constantes neste Termo de Referência, do edital e do contrato.

26.2. A fiscalização da execução do contrato é obrigatória, a fim de verificar se no seu desenvolvimento estão sendo observados às especificações e demais requisitos nele previstos, reservando-se o direito de rejeitar a execução dos serviços que não forem considerados satisfatórios e determinar, à licitante, refazimento dos serviços ou correção de irregularidades.

26.3. O representante legal, da Contratante, deverá acompanhar e controlar a execução do contrato, com eficiência.

26.4. A fiscalização de que trata este item, não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da lei nº 8.666, de 1993.

26.5. O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinado o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhado os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

### **27. DAS MEDIDAS ACAUTELADORAS**

27.1. Consoante ao artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, utilizada esta lei por analogia a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

### **28. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO**



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração  
Comissão Permanente de Licitação – CPL

28.1. Os licitantes e o contratado devem observar e fazer observar, por seus fornecedores, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

28.2. SUBCLÁUSULA PRIMEIRA – Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) “prática conluiada”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

### **29. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

29.1. Ao participar da licitação, a licitante declara sob as penalidades da Lei, a inexistência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista, entre si e os responsáveis pela licitação, quer direta ou indiretamente.

29.2. A apresentação de proposta pressupõe o pleno conhecimento, atendimento e aceitação, por parte da proponente, das exigências e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

29.3. A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo a Prefeitura Municipal de Paranaguá revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público derivada de fato superveniente comprovado, ou anulá-lo por ilegalidade de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizando no sistema para conhecimento dos participantes da licitação.

29.4. No caso de haver desconexão da Pregoeira com o sistema eletrônico no decorrer da etapa competitiva, o sistema poderá permanecer acessível aos licitantes para recebimento dos lances, retornando a Pregoeira, quando possível, à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

29.5. Persistindo a desconexão por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa, reiniciando somente após comunicação expressa aos participantes.

29.6. A Pregoeira reserva – se no direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que tiver dúvidas ou julgar necessário.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração  
Comissão Permanente de Licitação – CPL

29.7. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato, sem prejuízo de demais sanções cabíveis.

29.8. É facultado a Pregoeira ou à autoridade a ela superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a completar a instrução do processo.

29.9. Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pela Pregoeira, sob pena de desclassificação/inabilitação.

29.10. Na hipótese de divergência entre o Termo de Referência e quaisquer condições apresentadas pelos proponentes, prevalecerão sempre, para todos os efeitos, os do Termo de Referência e dos documentos que o integram.

29.11. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão de sua proposta.

29.12. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

29.13. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

29.14. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento, pelo aplicativo de informática "Licitacoes-e" do Banco do Brasil ou, ainda mediante publicação no Diário Oficial dos Municípios do Paraná.

29.15. São de responsabilidade exclusiva da licitante as informações relativas a endereço, telefone e fax, bem como a modificação dos mesmos no curso da licitação, dando-se por intimada em caso de eventual tentativa frustrada de comunicação.

29.16. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento. Os prazos somente se iniciam e vencem em dia de expediente normal.

29.17. Os casos omissos no presente Edital serão resolvidos pela Pregoeira com base na legislação vigente.

29.18. A participação do proponente nesta licitação implica em aceitação de todos os termos do Edital. A documentação apresentada para fins de habilitação da Empresa vencedora fará parte dos autos da licitação e não será devolvida ao proponente.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração  
Comissão Permanente de Licitação – CPL

29.19. Fica designado o Foro da Cidade de Paranaguá, Paraná, para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste edital, renunciando as partes a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

29.20. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação da Pregoeira em contrário.

29.21. A vencedora terá 05 (cinco) dias de prazo, contados a partir da sua notificação, para se pronunciar a respeito de multas aplicadas pelo Município. Decorrido esse prazo, a penalidade passa a ser considerada como aceita na forma como foi apresentada e não dará direito à Vencedora de qualquer contestação, mesmas condições propostas, os eventuais acréscimos ou supressões, em conformidade com o artigo 65 – parágrafo primeiro da Lei Federal Nº 8.666/93 e suas alterações.

29.22. Esta licitação poderá ser acompanhada pelos portais [www.paranagua.pr.gov.br](http://www.paranagua.pr.gov.br) e [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br), onde são divulgados os prazos, consultas e demais informações do certame.

### 30. DOS ANEXOS DO EDITAL

- Anexo I Termo de Referência
- Anexo II Minuta do futuro e eventual Contrato Administrativo
- Anexo III Modelo de Proposta de Preços
- Anexo IV Modelo de Declaração de Idoneidade
- Anexo V Declaração de atendimento do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal
- Anexo VI Modelo de Declaração de Enquadramento em Regime de Tributação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte
- Anexo VII Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos Habilitatórios
- Anexo VIII Secretarias Participantes
- Anexo IX Dados para Assinatura do Contrato
  - Anexo X – Declaração de Trabalho Forçado ou Degradante
  - Anexo XI – Declaração de Fatos Impeditivos

Paranaguá, 23 de novembro de 2017

**ANA PAULA PINHEIRO DA SILVEIRA**  
**PREGOEIRA**



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração  
Comissão Permanente de Licitação – CPL

### ANEXO I

#### TERMO DE REFERÊNCIA

##### 1. OBJETO

1.1. SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PASSAGENS AÉREAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS, PASSAGENS TERRESTRES NACIONAIS E HOSPEDAGEM NACIONAL E INTERNACIONAL, INCLUINDO RESERVA, EMISSÃO, REMARCAÇÃO DE BILHETES E CANCELAMENTO DE PASSAGEM AÉREA NACIONAL E INTERNACIONAL, PASSAGEM TERRESTRE NACIONAL E HOSPEDAGEM NACIONAL E INTERNACIONAL RESERVA, EMISSÃO, REMARCAÇÃO DE DIÁRIAS, para atendimento das necessidades das Secretarias Municipais de Paranaguá, conforme especificações e condições constantes deste Termo.

##### 2. JUSTIFICATIVA

2.1. Em decorrência de reuniões, congressos, seminários, cursos e eventos relativos ao Município de Paranaguá, é freqüente o deslocamento do Prefeito, Secretários Municipais, servidores e demais colaboradores às inúmeras localidades do território nacional e, eventualmente, fora do País, tornando-se imprescindível a contratação de empresa com o objetivo de realizar os procedimentos de reserva, emissão, marcação e remarcação de bilhetes de passagens aéreas e terrestres e reservas, marcações e cancelamento de hospedagem, para o deslocamento dos mesmos no exercício de suas atividades.

2.2. Secretarias a serem atendidas: Gabinete do Prefeito, Secretaria do Governo Municipal, Ouvidoria Geral do Município e Procuradoria Geral do Município, Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável (Meio Ambiente e Urbanismo), Gabinete do Vice-Prefeito, Controladoria Geral do Município, Secretaria Municipal de Segurança, Secretaria Municipal de Administração, Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Comunicação, Secretaria Municipal da Fazenda e Orçamento, Secretaria Municipal de Obras Públicas, Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, Secretaria Municipal Serviços Urbanos e Ilha dos Valadares, Secretaria Municipal do Trabalho, Comércio, Indústria e Assuntos Sindicais; Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral.

##### 3. ENQUADRAMENTO DE BEM COMUM E ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

3.1. Os serviços a serem contratados enquadram-se na classificação de bens comuns, atendendo os padrões de desempenho e qualidade, nos termos da lei nº 10.520 de 2002, do Decreto nº 3.555 de 2000, e do decreto 5.450 de 2005.

3.2. O fornecimento de passagens, mediante requisição, compreende a reserva, marcação, emissão, remarcação, endosso e entrega de passagens aéreas nacionais e internacionais e passagens terrestres nacionais, com disponibilização eletrônica, física ou PTA (Prepaid Ticket Advice) do bilhete ao interessado;

3.3. O fornecimento de hospedagem, mediante requisição, compreende a reserva, marcação, emissão, remarcação, endosso e entrega de comprante de emissão das reservas, com disponibilização eletrônica e física da reserva ao interessado;



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração  
Comissão Permanente de Licitação – CPL

- 3.4. Dentro do Território Nacional estão previsto todos os trechos das Unidades da Federação;
- 3.5. Na emissão de passagens internacionais deverá ser observada a legislação que regulamenta a matéria e serviços afins, observadas as exigências do país de destino;
- 3.6. Na prestação do objeto a empresa ganhadora deverá dar o assessoramento para definição de roteiros mais econômicos, horário, frequência de vôos (partida e chegada), melhores conexões e tarifas promocionais à época da retirada dos bilhetes, de forma a possibilitar o menor tempo de viagem para vôos nacionais e internacionais, bem como desembarço de bagagens e reserva;
- 3.7. As passagens serão solicitadas via fax, telefone ou e-mail por meio dos representantes: Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral, Secretaria Municipal de Saúde e Gabinete do Prefeito ou Secretaria de Governo Municipal e deverão ser entregues por meio eletrônico ou entrega do bilhete físico à respectiva Secretaria Requisitante, ou ainda em local indicado por funcionário responsável, quando fora do expediente, ou, se fizer necessário, a critério da Administração;
- 3.8. O valor da tarifa a ser considerado será aquele praticado pelas concessionárias de serviço de transporte aéreo e terrestre, inclusive as promocionais;
- 3.9. O valor do seguro viagem internacional será considerado aquele que melhor atender ao servidor quanto ao local da viagem e cobertura;
- 3.10. Serão repassadas à Prefeitura Municipal de Paranaguá as tarifas promocionais, sempre que forem cumpridas as exigências legais para esse fim;
- 3.11. A Administração reserva-se o direito de solicitar comprovação sempre que julgar necessário, do valor vigente das tarifas, na data da emissão dos bilhetes de passagem;
- 3.12. A licitante vencedora deverá indicar um preposto que possa ser contatado para pronto atendimento fora do horário comercial, nos fins de semana e feriados, através de telefonia fixa ou móvel local (41), para a solução de casos excepcionais e urgentes, inclusive emissão de bilhetes, que possam ocorrer nesses períodos;
- 3.13. A licitante vencedora deverá assistir aos servidores quando a serviço, na emissão de documentos para viagens internacionais, como passaportes e vistos consulares, vacinas obrigatórias, prestando serviço de apoio acerca das recomendações do país de destino.
- 3.14. A presente contratação se justifica na necessidade constante de servidores das secretarias municipais em deslocar-se para outras cidades em atendimento a interesses desta Municipalidade.
- 3.15. Deverá a licitante vencedora prestar os serviços de emissão, remarcação e cancelamento de passagens aéreas nacionais e internacionais e passagens terrestres nacionais;
- 3.16. Deverá ainda prestar serviços de emissão, remarcação e cancelamento de reservas em hotéis nacionais e internacionais.
- 3.17. Deverá ainda a licitante contratada prestar quaisquer outras providências necessárias ao regular e adequado cumprimento das obrigações decorrentes da respectiva contratação,



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração  
Comissão Permanente de Licitação – CPL

conforme condições do Edital e seus anexos;

### 3.18. ESPECIFICAÇÕES E PLANILHA DE PREÇOS

| LOTE | ITEM | CÓDIGO | UNID    | DESCRIÇÃO                    | VALOR MÁX. TOTAL (R\$) | TAXA UNIT. DE AGENCIAMENTO MÁXIMO (R\$) |
|------|------|--------|---------|------------------------------|------------------------|---|
| 1    | 1    | 258    | SERVIÇO | PASSAGEM AÉREA NACIONAL      | 214.000,00             | 56,00                                   |
|      | 2    | 258    | SERVIÇO | PASSAGEM AÉREA INTERNACIONAL | 60.000,00              | 57,50                                   |
|      | 3    | 257    | SERVIÇO | PASSAGEM TERRESTRE           | 29.000,00              | 48,00                                   |
|      | 4    | 36916  | SERVIÇO | HOSPEDAGEM NACIONAL          | 122.000,00             | 50,00                                   |
|      | 5    | 36916  | SERVIÇO | HOSPEDAGEM INTERNACIONAL     | 49.000,00              | 57,50                                   |

Observações:

1) A Planilha de Preços acima servirá como subsídio às LICITANTES na formulação de suas propostas de preços e o (a) Pregoeiro (a) na análise e aferição da proposta mais vantajosa para a Administração.

2) O critério de julgamento será menor preço, **apurado pelo menor valor ofertado taxa de agenciamento**, sendo declarada vencedora apenas uma única fornecedora, para atendimento do objeto deste certame.

### 3.19. DEMONSTRATIVOS GAPRE

| PASSAGEM AÉREA NACIONAL |             |      |            |                                    |  |                                  |                                      |  |
|-------------------------|-------------|------|------------|------------------------------------|--|----------------------------------|--------------------------------------|--|
| Trecho                  | Quantidades |      |            | Estimativa para o ano de 2017/2018 | Média do Valor Unitário das passagens aéreas | Remuneração do Agente de Viagens | Custo Total estimado para 2017/ 2018 |  |
|                         | 2014        | 2015 | 2016/ 2017 |                                    |  |                                  |                                      |  |
| Curitiba - São Paulo    | 2           | 4    | 16         | 23                                 | R\$ 659,13                                   | R\$ 56,00                        | R\$ 16.447,99                        |  |
| São Paulo - Curitiba    | 2           | 4    | 16         | 23                                 | R\$ 457,30                                   | R\$ 56,00                        | R\$ 11.805,90                        |  |
| Curitiba - Brasília     | 12          | 16   | 17         | 24                                 | R\$ 899,83                                   | R\$ 56,00                        | R\$ 22.939,92                        |  |
| Brasília - Curitiba     | 12          | 20   | 17         | 24                                 | R\$ 628,02                                   | R\$ 56,00                        | R\$ 16.416,48                        |  |
| Curitiba - Porto Alegre | 2           | 4    | 11         | 16                                 | R\$ 599,47                                   | R\$ 56,00                        | R\$ 10.487,52                        |  |
| Porto Alegre - Curitiba | 2           | 4    | 11         | 16                                 | R\$ 334,17                                   | R\$ 56,00                        | R\$ 6.242,72                         |  |



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração  
Comissão Permanente de Licitação – CPL

|                          |           |           |            |            |              |           |                       |
|--------------------------|-----------|-----------|------------|------------|--------------|-----------|-----------------------|
| Curitiba - Foz do Iguaçu | 2         | 4         | 6          | 10         | R\$ 678,17   | R\$ 56,00 | R\$ 4.405,02          |
| Foz do Iguaçu - Curitiba | 2         | 4         | 6          | 10         | R\$ 422,09   | R\$ 56,00 | R\$ 2.868,54          |
| Curitiba - Maringá       | 1         | 6         | 0          | 4          | R\$ 537,85   | R\$ 56,00 | R\$ 2.375,40          |
| Maringá - Curitiba       | 1         | 10        | 0          | 4          | R\$ 446,89   | R\$ 56,00 | R\$ 2.011,56          |
| Curitiba - Cascavel      | 1         | 2         | 0          | 4          | R\$ 1.139,80 | R\$ 56,00 | R\$ 4.783,20          |
| Cascavel - Curitiba      | 1         | 2         | 0          | 4          | R\$ 999,36   | R\$ 56,00 | R\$ 4.221,44          |
| Curitiba - Campinas      | 2         | 1         | 0          | 4          | R\$ 520,30   | R\$ 56,00 | R\$ 2.305,20          |
| Campinas - Curitiba      | 2         | 1         | 0          | 4          | R\$ 518,12   | R\$ 56,00 | R\$ 2.296,48          |
| <b>TOTAL</b>             | <b>44</b> | <b>82</b> | <b>100</b> | <b>162</b> |              |           | <b>R\$ 114.456,41</b> |

### HOSPEDAGEM NACIONAL

| Destino       | Quantidades |           |            | Estimativa para o ano de 2017/2018 | Média do valor unitário | Remuneração de agente de viagem | Custo total estimado para 2017/2018 |
|---------------|-------------|-----------|------------|------------------------------------|-------------------------|---------------------------------|-------------------------------------|
|               | 2014        | 2015      | 2016/2017  |                                    |                         |                                 |                                     |
| São Paulo     | 4           | 6         | 77         | 80                                 | R\$ 230,53              | R\$ 50,00                       | R\$ 22.442,40                       |
| Brasília      | 40          | 55        | 18         | 25                                 | R\$ 197,83              | R\$ 50,00                       | R\$ 6.195,75                        |
| Maringá       | 6           | 22        | 0          | 4                                  | R\$ 179,55              | R\$ 50,00                       | R\$ 918,20                          |
| Gramado       | 4           | 12        | 0          | 4                                  | R\$ 233,77              | R\$ 50,00                       | R\$ 1.135,08                        |
| Foz do Iguaçu | 0           | 0         | 12         | 14                                 | R\$ 130,22              | R\$ 50,00                       | R\$ 2.523,08                        |
| Porto Alegre  | 0           | 0         | 42         | 52                                 | R\$ 200,08              | R\$ 50,00                       | R\$ 13.004,16                       |
| <b>TOTAL</b>  | <b>54</b>   | <b>95</b> | <b>149</b> | <b>179</b>                         |                         |                                 | <b>R\$ 46.218,67</b>                |

### PASSAGEM AÉREA INTERNACIONAL





## PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração  
Comissão Permanente de Licitação – CPL

| Trecho             | Quantidades |          |           | Estimativa para o ano de 2017/2018 | Média do Valor Unitário das passagens aéreas (R\$) | Remuneração do Agente de Viagens | Custo Total estimado para 2017/2018 |
|--------------------|-------------|----------|-----------|------------------------------------|--|----------------------------------|-------------------------------------|
|                    | 2014        | 2015     | 2016/2017 |                                    |  |                                  |                                     |
| São Paulo - Tóquio | 0           | 2        | 0         | 2                                  | 14.481,72  | R\$ 57,50                        | R\$ 29.078,44                       |
| Osaka – São Paulo  | 0           | 2        | 0         | 2                                  | 14.481,72  | R\$ 57,50                        | R\$ 29.078,44                       |
| <b>TOTAL</b>       | <b>0</b>    | <b>4</b> | <b>0</b>  | <b>4</b>                           |  |                                  | <b>R\$58.156,88</b>                 |

| <b>HOSPEDAGEM INTERNACIONAL</b> |             |           |           |                                    |                         |                                 |                                   |
|---------------------------------|-------------|-----------|-----------|------------------------------------|-------------------------|---------------------------------|-----------------------------------|
| Destino                         | Quantidades |           |           | Estimativa para o ano de 2017/2018 | Média do valor unitário | Remuneração de agente de viagem | Custo total estimado em 2017/2018 |
|                                 | 2014        | 2015      | 2016/2017 |                                    |                         |                                 |                                   |
| São Paulo                       | 0           | 10        | 0         | 12                                 | R\$ 644,28              | R\$ 57,50                       | R\$ 8.421,36                      |
| Brasília                        | 0           | 12        | 0         | 12                                 | R\$ 717,43              | R\$ 57,50                       | R\$ 7.749,30                      |
| <b>TOTAL</b>                    | <b>0</b>    | <b>22</b> | <b>0</b>  | <b>24</b>                          |                         |                                 | <b>R\$ 16.170,66</b>              |

#### 4. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

4.1. Os recursos decorrentes da presente aquisição deverão ser empenhados nas seguintes dotações orçamentárias:

| <b>SECRETARIAS</b>                                 | <b>REQUISIÇÃO AO COMPRAS / DOTAÇÃO</b>  |
|--|---|
| GABINETE DO PREFEITO                               | Requisição Nº 1098/2017 / 2.1.2920.1000.333903301<br>Requisição Nº 1099/2017 / 2.1.2920.1000.333903301<br>Requisição Nº 1100/2017 / 2.1.2920.1000.333903980 |
| SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO INTEGRAL | Requisição Nº 1111/2017 / 11.2.2672.1104.333903980  |



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração  
Comissão Permanente de Licitação – CPL

|                               |  |
|-------------------------------|--|
|                               | Requisição Nº 1109/2017 / 11.2.2672.1104.333903301<br>11.2.4010.1000.333903980, 11.2.4010.1104.333903980,<br>11.3.4006.1103.333903980  |
| SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE | Requisição Nº 1108/2017 / 10.1.4022.1495.333903301,<br>10.1.1893.1303.333903301, 10.1.1893.1303.333903980,<br>10.1.4022.1495.333903980 |

### **8. PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL**

8.1. O prazo para a execução do CONTRATO será de 12 (doze) meses, em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 8666/93.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração

Comissão Permanente de Licitação – CPL

## 9. VALORES REFERENCIAIS DE MERCADO DA TAXA DE AGENCIAMENTO

| LOTE | ITEM | CÓDIGO | UNID    | DESCRIÇÃO                       | MARLY<br>VIAGENS E<br>TURISMO LTDA<br>CNPJ00.920.881<br>/0001-69 | CASANOVA<br>VIAGENS<br>CNPJ11.050.221<br>/0001-90 | CONDOR<br>TURISMO<br>CNPJ02.964.393<br>/0001-89 | PROPAG<br>TURISMO<br>CNPJ13.353.495<br>/0001-84 | DF TURISMO<br>CNPJ07.832.586<br>/0001-08 | LATAMTUR<br>CNPJ11.335.789<br>/0001-58 | TAXA UNIT. DE<br>AGENCIAMENTO MÁXIMO<br>(R\$) |
|------|------|--------|---------|---------------------------------|--|---|---|---|--|--|---|
| 1    | 1    | 258    | SERVIÇO | PASSAGEM AÉREA<br>NACIONAL      | 50,00  | 40,00   | 0,01  | 150,00  | 40,00                                    |  | 56,00   |
|      | 2    | 258    | SERVIÇO | PASSAGEM AÉREA<br>INTERNACIONAL |  | 50,00   | 0,01  |   | 80,00                                    | 100,00                                 | 57,50   |
|      | 3    | 257    | SERVIÇO | PASSAGEM TERRESTRE              | 20,00  | 20,00   | 0,01  | 150,00  | 50,00                                    |  | 48,00   |
|      | 4    | 36916  | SERVIÇO | HOSPEDAGEM NACIONAL             | 30,00  | 30,00   | 0,01  | 150,00  | 40,00                                    |  | 50,00   |
|      | 5    | 36916  | SERVIÇO | HOSPEDAGEM<br>INTERNACIONAL     |  | 50,00   | 0,01  |   | 80,00                                    | 100,00                                 | 57,50   |



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração  
Comissão Permanente de Licitação – CPL

### ANEXO II

#### MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº  
\_\_\_\_\_/2017 QUE FAZEM ENTRE SI, O  
MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ E A EMPRESA  
\_\_\_\_\_.

#### CONTRATANTE:

**MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ**, através das SECRETARIAS MUNICIPAIS, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob n.º 76.017.458/0001-15, com sede na Rua Júlia da Costa, nº 322 - Centro, Paranaguá, Paraná, neste ato representado pela Secretaria Municipal

#### CONTRATADA:

\_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, na Cidade de \_\_\_\_\_, Estado do \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, neste ato representada por Sr(a). \_\_\_\_\_ (CI. RG. nº \_\_\_\_\_ – CPF. nº \_\_\_\_\_), brasileiro(a), \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, na Cidade de \_\_\_\_\_, Estado do \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_.

**As partes acima qualificadas, MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ, doravante dominado CONTRATANTE e a empresa \_\_\_\_\_, doravante denominada CONTRATADA, resolvem pactuar o presente Contrato Administrativo e que se regerá pelo disposto na Lei Federal nº 8.666/93, atendidas as cláusulas e condições que anunciam a seguir e do qual ficam fazendo parte integrante, independentemente de transcrição, os documentos:**

Edital de Pregão Eletrônico nº 076/2017, de \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_.  
Proposta apresentada pela CONTRATADA em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto deste contrato o descritivo no Termo de referência, que é a SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PASSAGENS AÉREAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS, PASSAGENS TERRESTRES NACIONAIS E HOSPEDAGEM NACIONAL E INTERNACIONAL, INCLUINDO RESERVA, EMISSÃO, REMARCAÇÃO DE BILHETES E CANCELAMENTO DE PASSAGEM AÉREA NACIONAL E INTERNACIONAL, PASSAGEM TERRESTRE NACIONAL E HOSPEDAGEM NACIONAL E INTERNACIONAL RESERVA, EMISSÃO, REMARCAÇÃO DE DIÁRIAS, para atendimento das necessidades das Secretarias Municipais de Paranaguá.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração  
Comissão Permanente de Licitação – CPL

### **CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO**

A despesa deste contrato correrá pelas Dotações Orçamentárias: \_\_\_\_\_ no orçamento relativo ao exercício de 2017 e o correspondente nos exercícios subsequentes.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO**

O valor do presente Contrato é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), inclusas todas as despesas com tributos, contribuições fiscais e parafiscais, emolumentos, frete, seguros e quaisquer outras que forem devidas, para entrega (custos, seguro e frete por conta do fornecedor) no almoxarifado da unidade compradora.

O pagamento será realizado pela unidade compradora, através de crédito na conta-corrente, Agência \_\_\_\_\_, Banco \_\_\_\_\_, fornecida pelo estabelecimento bancário utilizado pela CONTRATADA para pagamentos, constante da proposta de preços, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo dos materiais e mediante a apresentação da Nota Fiscal, acompanhada, obrigatoriamente, de Nota Fiscal emitida por meio eletrônico, devidamente atestada pelo Servidor/Comissão de Recebimento.

O faturamento correspondente ao presente Contrato deverá ser apresentado, pela CONTRATADA, através de Nota(s) Fiscal(is) em 2 (duas) vias, com os requisitos da lei vigente, dentro dos prazos estabelecidos na sua proposta, após a emissão da Nota de Empenho.

A Nota Fiscal de fornecimento deverá ser emitida em conformidade com as unidades de medidas de fornecimento indicadas no Anexo I do edital e da proposta do fornecedor.

Qualquer divergência entre a unidade de fornecimento adotada no Anexo I do edital e a Nota Fiscal ensejará a devolução da Nota para regularização e o pagamento correspondente.

### **CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA DE EXECUÇÃO E DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS**

O fornecimento de passagens, mediante requisição, compreende a reserva, marcação, emissão, remarcação, endosso e entrega de passagens aéreas nacionais e internacionais e passagens terrestres nacionais, com disponibilização eletrônica, física ou PTA (Prepaid Ticket Advice) do bilhete ao interessado;

O fornecimento de hospedagem, mediante requisição, compreende a reserva, marcação, emissão, remarcação, endosso e entrega de comprante de emissão das reservas, com disponibilização eletrônica e física da reserva ao interessado;

Dentro do Território Nacional estão previsto todos os trechos das Unidades da Federação;

Na emissão de passagens internacionais deverá ser observada a legislação que regulamenta a matéria e serviços afins, observadas as exigências do país de destino;

Na prestação do objeto a empresa ganhadora deverá dar o assessoramento para definição de roteiros mais econômicos, horário, frequência de voos (partida e chegada), melhores conexões e tarifas promocionais à época da retirada dos bilhetes, de forma a possibilitar o menor tempo de viagem para voos nacionais e internacionais, bem como desembaraço de bagagens e reserva;



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração  
Comissão Permanente de Licitação – CPL

As passagens serão solicitadas via fax, telefone ou e-mail por representantes das Secretarias Municipais: SEMSA, SEMEDI, Gabinete do Prefeito ou Secretaria de Governo Municipal e deverão ser entregues por meio eletrônico ou entrega do bilhete físico ao Órgão Requisitante, ou ainda em local indicado por funcionário responsável, quando fora do expediente, ou, se fizer necessário, a critério da Administração;

O valor da tarifa a ser considerado será aquele praticado pelas concessionárias de serviço de transporte aéreo e terrestre, inclusive as promocionais;

O valor do seguro viagem internacional será considerado aquele que melhor atender ao servidor quanto ao local da viagem e cobertura;

Serão repassadas à Prefeitura Municipal de Paranaguá as tarifas promocionais, sempre que forem cumpridas as exigências legais para esse fim;

A Administração reserva-se o direito de solicitar comprovação sempre que julgar necessário, do valor vigente das tarifas, na data da emissão dos bilhetes de passagem;

A licitante vencedora deverá indicar um preposto que possa ser contatado para pronto atendimento fora do horário comercial, nos fins de semana e feriados, através de telefonia fixa ou móvel local (41), para a solução de casos excepcionais e urgentes, inclusive emissão de bilhetes, que possam ocorrer nesses períodos;

A licitante vencedora deverá assistir aos servidores quando a serviço, na emissão de documentos para viagens internacionais, como passaportes e vistos consulares, vacinas obrigatórias, prestando serviço de apoio acerca das recomendações do país de destino.

A presente contratação se justifica na necessidade constante de servidores das Secretarias Municipais em deslocar-se para outras cidades em atendimento a interesses desta municipalidade.

Deverá a licitante vencedora prestar os serviços de emissão, remarcação e cancelamento de passagens aéreas nacionais e internacionais e passagens terrestres nacionais;

Deverá ainda prestar serviços de emissão, remarcação e cancelamento de reservas em hotéis nacionais e internacionais.

Deverá ainda a licitante contratada prestar quaisquer outras providências necessárias ao regular e adequado cumprimento das obrigações decorrentes da respectiva contratação, conforme condições do Edital e seus anexos;

### **CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

Responsabilizar-se integralmente pelo fornecimento dos ITENS, nos termos da legislação vigente, e efetuar-los de acordo com as especificações constantes do contrato e Anexo I - Termo de Referência.

Não transferir ou subcontratar terceiros para a execução dos serviços, sem prévia e expressa anuência da Administração.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração  
Comissão Permanente de Licitação – CPL

Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação estabelecidas no edital de licitação.

Comunicar expressamente à Administração, a quem competirá deliberar a respeito, toda e qualquer discrepância entre as reais condições existentes e os elementos apresentados;

Prestar e dar garantia dos serviços prestados, que deverão ser de primeira qualidade, sempre sujeitos a fiscalização da Secretaria solicitante sob pena de ter que prestar o mesmo;

Deverá a licitante vencedora prestar os serviços de emissão, remarcação e cancelamento de passagens terrestres e aéreas;

Deverá ainda prestar serviços de emissão, remarcação e cancelamento de reservas em hotéis;

Deverá ainda a licitante contratada prestar qualquer outras providências necessárias ao regular e adequado cumprimento das obrigações decorrentes da respectiva contratação;

Responsabilizar-se por todas as despesas com tributos fiscais, trabalhistas e sociais, que incidam ou venham a incidir, diretamente e indiretamente, na prestação dos serviços;

Eximir o Município de Paranaguá de qualquer responsabilidade quanto a possível ocorrências que venham a causar acidentes pessoais a empregados da Contratada ou a de terceiros, relativamente à prestação de serviços (§ 1º do artigo 71 da Lei nº 8.666/1993);

Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais ou civis resultantes da execução do(s) serviço(s);

Prestar o(s) serviço(s) no prazo estabelecido e de acordo com as especificações técnicas;

Manter durante o período de vigência do contrato, todas as condições que ensejarem a sua habilitação;

Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas no contrato;

A empresa que entregar o objeto em discordância com as condições e especificações propostas neste edital, estará sujeita a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993, cabendo defesa prévia, recurso e vista do processo, nos termos do artigo 109 do mesmo diploma legal;

Assegurar/permitir à Administração o direito de fiscalizar, sustar, recusar, mandar, desfazer ou refazer qualquer serviço que não esteja de acordo com as normas ou especificações técnicas, hipótese em que as despesas decorrentes ficarão a cargo da Contratada, ficando certo que, em nenhuma hipótese a falta de fiscalização da Administração eximirá a Contratada de suas responsabilidades provenientes do contrato;

Arcar com todas as despesas diretas ou indiretas decorrentes do cumprimento das obrigações contratuais assumidas, sem qualquer ônus à Administração;

Relatar ao Contratante toda e qualquer irregularidade observada em virtude da execução do contrato;

Acatar todas as orientações da Contratante, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização por parte da Administração, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo prontamente às reclamações formuladas;

A licitante vencedora deverá assistir aos servidores quando a serviço, na emissão de documentos para viagens internacionais, como passaportes e vistos consulares, vacinas obrigatórias, prestando serviço de apoio acerca das recomendações do país de destino;

A licitante deverá indicar um preposto que possa ser contado para pronto atendimento fora do horário comercial, nos fins de semana e feriados, através de telefonia fixa ou móvel



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração  
Comissão Permanente de Licitação – CPL

local (41), para a solução de casos excepcionais e urgentes, inclusive emissão de bilhetes, que possam ocorrer nesses períodos.

Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem, nos termos do art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

### **CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

Exercer a fiscalização sobre o(s) serviços, por servidor(es) especialmente designado(s) e documentar as ocorrências havidas, na forma prevista na Lei nº 8.666/93.

Proporcionar à contratada, as facilidades necessárias a fim de que possa cumprir com a execução do objeto.

Proceder aos pagamentos devidos à contratada.

Se manifestar formalmente em todos os atos relativos a execução do contrato, em especial, aplicações de sanções, alterações e repactuações do mesmo.

Não permitir que os serviços executados, estejam em desacordo com as preestabelecidas no contrato.

Comunicar à contratada quaisquer irregularidades observadas no serviço executado.

Aplicar as sanções administrativas, quando necessárias.

### **CLÁUSULA SÉTIMA – SANÇÕES**

A CONTRATADA que incidir nas hipóteses abaixo relacionadas serão aplicadas as seguintes sanções, graduadas conforme a gravidade da infração, sem prejuízo de sanções civis e criminais, após o prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório:

Advertência sempre que forem constatadas infrações leves.

Multa por atraso imotivado da execução dos serviços, nos prazos abaixo definidos:

- a) até 30 (trinta) dias: 0,3% ao dia, sobre o valor da fatura da execução do serviço.
- b) superior a 30 (trinta) dias, nos casos em que haja o cancelamento da nota de empenho ou documento correspondente: 20% sobre o valor da fatura da execução do serviço.
- c) O somatório das multas previstas nos itens acima não poderá ultrapassar o percentual de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.

Multa de até 15% (quinze por cento) sobre o valor da nota de empenho ou contrato, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço da caução, quando exigida, ou assinar o contrato ou retirar o documento equivalente, no prazo de 05 (cinco) corridos, contados da data de sua convocação.

Será aplicável cumulativamente ou não com outras sanções, multa convencional de 20% sobre o valor da contratação, na ocorrência de inexecução total do contrato, e de 10% sobre o valor total da contratação, se ocorrer inexecução parcial, reconhecendo a licitante desde já, os direitos da Administração, nos termos do art. 77 da Lei nº 8.666/93.

Suspensão nos prazos abaixo definidos:

- até 03 (três) meses quando incidir 02 (duas) vezes em atraso, por mais de 15 (quinze) dias.





## PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração  
Comissão Permanente de Licitação – CPL

- até 02 (dois) anos nos casos em que a inadimplência acarretar prejuízo para a Administração.

Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública quando o licitante incorrer por duas vezes nas suspensões elencadas acima.

A suspensão temporária do fornecedor cujo contrato com a Fundação Municipal de Turismo esteja em vigor, impedirá o mesmo de participar de outras licitações e contratações no âmbito do Município até o cumprimento da penalidade que lhe foi imposta.

Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da penalidade aplicada.

As multas aplicadas deverão ser pagas espontaneamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias ou serão deduzidas do valor correspondente ao valor da execução, após prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório ou, ainda, cobradas judicialmente, a critério da Procuradoria Geral do Município.

Caso o valor da multa seja superior ao valor da garantia prestada, quando exigida, a CONTRATADA responderá pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração, ou, ainda, cobrada judicialmente.

A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais penalidades, a depender do grau da infração cometida pela CONTRATADA e dos prejuízos causados à Administração Pública Municipal, não impedindo que a Administração rescinda unilateralmente o contrato.

As sanções previstas neste edital são de competência exclusiva do titular da Secretaria Municipal \_\_\_\_\_, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas.

Os danos e prejuízos serão ressarcidos à CONTRATANTE no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório, contado da notificação administrativa à CONTRATADA.

Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação.

### **CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO**

A CONTRATANTE poderá rescindir administrativamente o presente contrato nas hipóteses previstas no art. 78, incisos I a XII e XVII da Lei nº 8.666/93, sem que caiba à CONTRATADA direito a qualquer indenização, e sem prejuízo das penalidades especificadas na Cláusula Sétima deste instrumento.

A rescisão do presente contrato será restrita ao quantitativo previsto neste instrumento.

### **CLÁUSULA NONA – DA CESSÃO, TRANSFERÊNCIA OU SUBCONTRATAÇÃO**

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão, transferência ou subcontratação, no todo ou em parte.

### **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS**



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração  
Comissão Permanente de Licitação – CPL

A CONTRATADA declara haver levado em conta, na apresentação de sua proposta os tributos, contribuições fiscais, parafiscais, emolumentos, encargos sociais e todas as despesas incidentes sobre a compra do material, inclusive frete, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente.

Ficando comprovado, depois do negócio realizado e antes da entrega do objeto, que a CONTRATADA acresceu indevidamente a seus preços valores correspondentes a quaisquer tributos, encargos, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais não incidentes sobre a compra contratada, tais valores serão imediatamente excluídos, com o reembolso do valor porventura pago à CONTRATADA.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FACULDADE DE EXIGIBILIDADE**

Fica estabelecido que na hipótese da CONTRATANTE deixar de exigir da CONTRATADA qualquer condição deste contrato, tal faculdade não importará em novação, não se caracterizando como renúncia de exigi-la em oportunidades futuras.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GESTÃO DO CONTRATO**

Nos termos do artigo 67, da Lei nº 8.666/93, a fiscalização da execução do contrato decorrente da presente licitação será realizada pelas Comissões de Fiscalização da Execução dos Contratos Administrativos Municipais, nos termos do Decreto nº 173/2017, de modo que não se considerará entregue o material, obra ou serviço (e por consequência não será autorizado o pagamento contratado), sem que tenham sido observadas as exigências e formalidades do referido Decreto;

A fiscalização não exclui e nem reduz a responsabilidade da empresa licitante, até mesmo perante terceiros, por qualquer irregularidade, inclusive resultante de imperfeições técnicas, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da SEMOP, para adequação do Art. 70 da Lei nº 8.666/93, com suas alterações.

Fica responsável pela fiscalização dos serviços os servidores a serem indicados pelas Secretarias Requisitantes como gestores dos serviços e fiscal do contrato.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA**

O prazo de vigência do presente instrumento será de 12 (doze) meses, a contar da sua assinatura.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO**

O presente contrato é oriundo da proposta vencedora do processo licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico nº 076/2017 e seus anexos, a qual é parte integrante deste contrato, **independentemente de transcrição.**

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO**

Os licitantes e o contratado devem observar e fazer observar, por seus fornecedores, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA – Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração  
Comissão Permanente de Licitação – CPL

a) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) “prática conluiada”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO**

Fica eleito o Foro da Cidade de Paranaguá, Estado do Paraná, como o competente para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste contrato, renunciando as partes a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, justas e acertadas, assinam as partes CONTRATANTES, o presente instrumento contratual em 3 (três) vias de igual forma e teor.

Paranaguá, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

---

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ...**  
SECRETÁRIO MUNICIPAL

---

**CONTRATADA**  
Representante Legal



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração  
Comissão Permanente de Licitação – CPL

## ANEXO III

### MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

A

Prefeitura Municipal de Paranaguá

Empresa: \_\_\_\_\_

Denominação social: \_\_\_\_\_

Inscrição estadual ou municipal: CNPJ: \_\_\_\_\_

Endereço: E-mail: Telefone: \_\_\_\_\_

1) Pela presente, declaro inteira submissão aos preceitos legais em vigor e às cláusulas e condições estabelecidas para o Pregão Eletrônico nº 076/2017.

2) Proponho executar o lote abaixo indicados, de acordo com o especificado no Edital, pelos preços discriminados, asseverando que em caso de divergência dos preços apresentados em algarismo e por extenso, prevalecerão estes últimos

3) Nos preços ofertados já estão inclusos os tributos, fretes, taxas, seguros, encargos sociais, trabalhistas e todas as demais despesas necessárias à execução do objeto, considerando que o produto será entregue no estabelecimento do contratante, assim como os valores referentes às perdas inerentes ao processo;

4) Prazo de validade da proposta: 90 (noventa) dias.

| LOTE | ITEM | DESCRIÇÃO OBJETO | VALOR TOTAL (R\$) | VALOR DA TAXA DE AGENCIAMENTO (R\$) |
|------|------|------------------|-------------------|-------------------------------------|
| 01   | 01   |                  |                   |                                     |
|      | 02   |                  |                   |                                     |
|      | ...  |                  |                   |                                     |

Observações:

1-Para a elaboração da proposta de preços, os valores unitários não poderão ultrapassar os valores estipulados em edital.

2 – A empresa licitante não deverá ser identificada até a conclusão da fase de lances.

3 – Caso haja necessidade de inclusão de anexos no site do Banco do Brasil, por ocasião da apresentação da proposta, não poderá haver qualquer identificação da empresa licitante nos mesmos, caso contrário, ocorrerá a sua desclassificação.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Paranaguá, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017

\_\_\_\_\_  
Nome da Empresa

CNPJ:

\_\_\_\_\_  
(Assinatura do Representante Legal da Empresa licitante)



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração  
Comissão Permanente de Licitação – CPL

### ANEXO IV

#### DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

A  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ – PR  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 076/2017

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de Licitante do procedimento de licitação, sob a modalidade Pregão Eletrônico, nº 076/2017, instaurado pela Prefeitura Municipal de Paranaguá –PR, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas e sob as penas da lei, e que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a nossa habilitação, cientes da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Paranaguá, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017

\_\_\_\_\_  
Nome da Empresa  
CNPJ:  
\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
(Assinatura do Representante Legal da Empresa licitante)



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração  
Comissão Permanente de Licitação – CPL

**ANEXO V**

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO A CONSTITUIÇÃO FEDERAL –  
ARTIGO 7 INCISO XXXIII

Declaramos, para os fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/1993, acrescido pela Lei nº 9.854/1999, que não empregamos menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno ou insalubre e não empregamos menor de 16 (dezesseis) anos.

Ressalva:

(  ) Emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz.

Paranaguá, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017

---

Assinatura e Carimbo

Observação: em caso afirmativo, assinar a ressalva acima.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração  
Comissão Permanente de Licitação – CPL

### ANEXO VI

#### DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO EM REGIME DE TRIBUTAÇÃO DE MICROEMPRESA, EMPRESA PEQUENO PORTE E MICROEMPRESA INDIVIDUAL

Declaro, sob as penas da lei, que a empresa \_\_\_\_\_,  
inscrita no CNPJ no \_\_\_\_\_, cumpre os requisitos legais para a qualificação como  
Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte estabelecidos pela Lei Complementar nº 123, de  
14.12.2006, em especial quanto ao seu art. 3º, estando apta a usufruir o tratamento favorecido  
estabelecido nessa Lei Complementar e no Decreto nº 6.204, de 05.09.2007.

Declaro, ainda, que a empresa está excluída das vedações constantes  
do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, e que se  
compromete a promover a regularização de eventuais defeitos ou restrições existentes na  
documentação exigida para efeito de regularidade fiscal, caso seja declarada vencedora do  
certame.

Paranaguá, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017

---

Assinatura e carimbo



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração  
Comissão Permanente de Licitação – CPL

### ANEXO VII

#### DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS HABILITATÓRIOS

(Modelo)

A empresa \_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_, com sede em \_\_\_\_\_ (endereço completo), por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, para cumprimento do previsto no inciso VII do art. 4º da Lei nº 10.520/2002 e para os fins do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 076/2017, DECLARA expressamente que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no Edital.

Paranaguá, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017

\_\_\_\_\_  
Assinatura e carimbo





## PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração  
Comissão Permanente de Licitação – CPL

### ANEXO VIII

#### SECRETARIAS PARTICIPANTES E ENDEREÇOS

| <b>SECRETARIA</b>                | <b>Endereço/Telefone</b>  |
|----------------------------------|---|
| Secretaria Municipal de Educação | Rua Alberto Gomes da Veiga, s/nº – Vila Horizonte.<br>Telefones (41) 3420-6073, 3420-2859 ou 3420-2880. |
| Gapre - Gabinete do Prefeito     | Rua Júlia da Costa, nº 322 – Centro. Telefone: (41) 3420-2708 / 3420-2714.                              |
| Secretaria Municipal de Saúde    | Av. Gabriel de Lara, 977 – Centro. Telefones: (41) 3420-6121 / 3420-2827 / 3420-2806.                   |



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração  
Comissão Permanente de Licitação – CPL

ANEXO IX

**DADOS PARA ASSINATURA DO CONTRATO**

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL: \_\_\_\_\_

DOCUMENTO DE IDENTIDADE Nº: \_\_\_\_\_ ÓRGÃO EMISSOR:

CPF Nº:

\_\_\_\_\_

ENDEREÇO ELETRÔNICO: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO COMPLETO DA PESSOA JURÍDICA: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Paranaguá, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura e Carimbo



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração  
Comissão Permanente de Licitação – CPL

### ANEXO X

#### DECLARAÇÃO DE TRABALHO FORÇADO OU DEGRADANTE

\_\_\_\_\_ inscrito no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr. (a) \_\_\_\_\_, portador da Carteira de Identidade \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_ DECLARA para fins do disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988, que não possui em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado.

(local e data)

\_\_\_\_\_  
(representante legal)



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Administração  
Comissão Permanente de Licitação – CPL

**ANEXO XI**

MODELO DE DECLARAÇÃO DE FATOS IMPEDITIVOS

\_\_\_\_\_ (nome da empresa), inscrita no CNPJ  
nº \_\_\_\_\_, sediada \_\_\_\_\_ (endereço  
completo), declara, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos  
supervenientes, para sua habilitação no presente processo licitatório, assim como está ciente da  
obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e data

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal